

ENTREVISTA - RODRIGO PATTO SÁ MOTTA **A História em perspectiva: percursos e reflexões****Entrevistado:**

Possui graduação em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (1990), mestrado em História pela mesma instituição (1993) e doutorado em História pela Universidade de São Paulo (2000). Realizou estudos de pós-doutorado e atuou como professor-pesquisador visitante na Universidade de Maryland (2006–2007). Atuou como Professor visitante nas seguintes instituições: Universidad de Santiago de Chile (2009); Universidad Nacional de Colombia (2015); Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine (Iheal) da Universidade de Paris III, Cátedra Simón Bolívar (2016); Universidad Nacional de Rosario (2017); Universidad Nacional de General Sarmiento (2018) e Universidad Nacional de San Martín (2019). Atualmente, é Professor Titular da Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisador ID do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Possui experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República e História Contemporânea. Atua principalmente no campo da História Política, pesquisando tanto os temas da vertente clássica (partidos, instituições) como as abordagens que dialogam com a nova História (representações, iconografia, cultura política). Suas pesquisas recentes concentram-se em questões relacionadas ao golpe de 1964 e ao regime militar, envolvendo temas como repressão política (DOPS, ASI), anticomunismo, política universitária, memória e atuação da esquerda. As publicações mais relevantes são os livros: *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil* (SP: Perspectiva, 2002 — editado em espanhol pela editora universitária argentina UNGS, em 2019), *Jango e o golpe de 1964 na caricatura* (RJ: Zahar, 2006) e *As universidades e o regime militar* (RJ: Zahar, 2014). Foi presidente da Associação Nacional de História (ANPUH) no período 2013 a 2015.

Entrevistador:**Erinaldo Cavalcanti**  — **Revista Escritas do Tempo**

Professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Diretor de Pós-Graduação da Unifesspa e coordenador do Programa de Pós-Graduação em História

¹ Docente da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Doutor em História pela UFPE. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST). Editor Chefe da Revista Escritas do Tempo.

(PPGHIST-Unifesspa). Coordenador do Grupo de Pesquisa iTempo (Interpretação do Tempo: ensino, memória, narrativa e política).

Escritas do Tempo: Gostaria que você começasse falando um pouco sobre os motivos que o levaram a escolher cursar História.

Rodrigo Patto: A minha primeira opção não foi História; comecei estudando Administração de Empresas. Na verdade, aos 17 anos eu não sabia bem o que fazer em termos profissionais e acabei indo para administração de empresas, mas eu sempre gostei muito de História, minha disciplina preferida no colégio; era a única cujos livros lia nas férias. Eu gostava muito, mas não concebia como profissão, até porque eu não me imaginava capaz de ser professor; como adolescente, eu era muito tímido; eu tinha muita dificuldade de falar em público, então não parecia uma escolha correta para uma pessoa como eu. Então, quando entrei na Administração de Empresas, vi que não era o meu perfil porque o curso era muito técnico e não tinha muita leitura, não tinha muita reflexão. O primeiro período de Administração de Empresas era no ciclo básico de ciências humanas. Então, no curso básico, eu fiz sociologia, política, filosofia e estudei na faculdade de Filosofia, [...] onde estava o curso de História. E aí, eu gostei dessas disciplinas e quando eu passei para a Faculdade de Ciências Econômicas, onde está o curso de Administração de Empresas, vi que não era o meu lugar. Decidi voltar lá, para a Faculdade de Filosofia, a FAFICH. Mas, fiquei em dúvida se iria para História ou Ciências Sociais; resolvi assistir algumas aulas dos dois cursos pra fazer a minha escolha, e entendi que o meu lugar é a História. Então eu mudei. Quando entrei para História, estava um pouco mais velho, já tinha 20 anos, e foi uma paixão. Logo comecei a estudar e pensei: eu quero isso, se tiver que ser professor vou ser professor, então eu fui para a História e me encontrei. Logo no começo da graduação, entendi que meu interesse principal era pela História Política. A História da disputa pelo poder político, das guerras, revoluções, construção dos sistemas políticos. Eu tive uma bolsa de iniciação científica, em que estudei o contexto da Revolução de 1930 e a constituição da aliança liberal de Getúlio Vargas, orientado pela professora Lucília Neves. Ela também me orientou no mestrado na UFMG, em que estudei o MDB durante a ditadura. Então, no começo, eu estava interessado por uma História Política mais clássica, instituições políticas e ação política de líderes, de movimentos, que é um trabalho muito importante. Mas, em uma certa altura, já no doutorado, eu me dei conta do debate da renovação da História Política e me interessei. Por isso, meu doutorado foi um encontro mesmo de

História Política Clássica e História Política Nova, pois estudei tanto a ação política quanto as representações políticas; tentei juntar as duas coisas e acho que continuo fazendo isso até hoje. Penso que a gente não deve descuidar da História Política Clássica, das disputas políticas, da ação política. Aliás, hoje isso ficou mais importante ainda. A gente precisa estudar as instituições políticas, a gente precisa estudar como o poder funciona, como o poder é exercido, como ele é desmontado, manipulado etc. para poder entender o período da ditadura no Brasil e as estruturas autoritárias.

Escritas do Tempo: o doutorado você fez na USP...

Rodrigo Patto: É, o doutorado eu fiz na USP; na época, a UFMG ainda não tinha doutorado, mas também eu entendi que precisava mudar de ares, fazer a formação completa na mesma instituição não é o ideal para ninguém. E eu também não podia ir para o exterior, porque já era professor universitário na Federal de Ouro Preto (UFOP) e, em seguida, na UFMG, e não poderia ter licença de afastamento. Na USP, fiz a tese sobre o anticomunismo no Brasil, que acabou sendo uma escolha muito feliz pelo resultado e por sua repercussão. O meu projeto original era estudar o Partido Comunista e sua cultura política, mas eu já entrei com uma dúvida: se não era melhor inverter o objeto e passar a estudar o contrário do comunismo, os que lutavam contra o comunismo. Acabei escolhendo a tese sobre o anticomunismo, defendida em 2000 e publicada como livro em 2002. O objetivo foi estudar ações e representações anticomunistas e entender o seu impacto na política brasileira, principalmente nos golpes do Estado Novo de Getúlio Vargas e de 1964, que mobilizaram muito o medo ao comunismo como estratégia de legitimação política e de construção de alianças; foram feitas frentes de direita muito fortes que levaram aos dois golpes; aliás, de maneira muito parecida com os dias de hoje...

Escritas do Tempo: E é sobre esse ponto que vou pedir que você fale um pouco: o tema da tese que resultou no livro *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho* — o anticomunismo no Brasil. As reflexões produzidas por volta dos anos 2000 nos parecem, hoje, muito presentes. As narrativas de enfrentamento ao anticomunismo, no País, estão na pauta do dia. Como você percebe essas questões? Porque, hoje, como você falou, o discurso anticomunista parece ser uma das principais forças dentro do debate político entre as alianças estabelecidas e as ações praticadas. Como é que você vê isso?

Rodrigo Patto: Uma das primeiras vezes em que minha atenção foi despertada para o tema foi aqui no Pará; eu estava fazendo uma palestra em Belém, em 2014, e um estudante de graduação veio conversar comigo para discutir sobre o comunismo, e falou: *professor, nas redes sociais o anticomunismo está fervilhando, existem muitos grupos no Facebook*. Eu sabia que o discurso anticomunista estava sendo usado, mas ainda não havia percebido a extensão, aí comecei a prestar um pouco mais de atenção, até porque eu não frequentava as redes sociais, não tinha *Facebook*, então eu não acompanhava esse movimento que estava acontecendo ali, digamos, por fora do mundo acadêmico, nas redes sociais. De qualquer forma, essa tendência recente confirma o que eu afirmei na tese, que o anticomunismo, no Brasil, foi muito forte e criou raízes; estruturou-se em uma tradição. Só que eu não imaginava, na minha tese/livro, que essa tradição seria reapropriada e daria origem a um novo movimento de direita poderoso, como está acontecendo agora. Eu acho que estamos vivendo a reapropriação da tradição anticomunista, uma releitura que inclui coisas novas e temas da tradição anticomunista que vêm desde os anos 1920, como a religião, o tema da mudança de comportamento, a questão moral, o argumento de que o socialismo e o petismo são contra a família tradicional. Isso é muito parecido com o que tínhamos nos anos de 1920, assim como a ideia de que o comunismo e o petismo se conectam a ameaças externas; a diferença é que, hoje, não é mais a União Soviética, mas ainda é Cuba, e a novidade da Venezuela, construída como um inimigo externo. Isso ajuda a mobilizar o patriotismo, o nacionalismo, a mobilização do verde e do amarelo. Esse discurso de que nossa pátria não pode ser comunista e que nossa bandeira jamais será vermelha, que muita gente da direita hoje usa, é o mesmo discurso de 1940, 1960. É a reprodução de um discurso muito, muito antigo. Então, vejo uma conexão forte com outros momentos da História, mas é claro que há muitas diferenças, hoje, e eu só espero que, ao fim, não terminemos em ditadura, como nas outras ocasiões. Eu espero que o contexto anticomunista e antipetista de hoje não acabe degenerando em ditadura clássica.

Escritas do Tempo: ainda nesse ponto, Rodrigo, como é que você percebe essas questões, em termos de possibilidade de construção? Obviamente, não temos como prever. Fazemos certas leituras que permitem conjecturar possibilidades no processo de construção de um estado autoritário. Acredito que você tenha acompanhado outras manifestações das direitas, outras mobilizações de parte das direitas, em que se

expressavam comportamentos que pediam o fechamento das instituições, tanto do congresso como do STF, e que também pediam a intervenção militar. Como você percebe essas questões?

Rodrigo Patto: Pesquisas de opinião mostraram que, ao longo dessa crise, o número de pessoas que preferem a ditadura foi aumentando. No entanto, os grupos que votaram em Bolsonaro são heterogêneos; muitos são a favor de manter o congresso aberto, então, esse pessoal que quer fechar o congresso e fechar o STF é minoritário e, no momento, parece que não vai ter forças para alcançar isso; parece menos provável. O cenário autoritário real, no momento, é o poder judiciário que manipula a lei em função de certos interesses e para atingir adversários, ameaças à liberdade de expressão, com a tentativa do MEC em interferir nas nossas universidades. Essas são medidas autoritárias que, em alguns casos, funcionam bem e, em outros casos, não funcionam tão bem. Eu acho que a questão-chave é o aspecto econômico; o governo Bolsonaro precisaria oferecer um resultado econômico melhor, crescimento econômico, aumento de emprego, e, até agora, isso não tem acontecido. Então, a sensação é que, se o governo não melhorar o quadro econômico, vai ter problemas sérios de governabilidade. Então, acho que o fator econômico, junto com o político, é muito importante para imaginar o que vai acontecer.

Escritas do Tempo: Eu queria, agora, ainda dentro dessa reflexão, discutir essa questão sobre a sua produção, que é ampla, tem inúmeros artigos publicados, tem livros... e uma das principais questões que você enfrenta nas suas pesquisas é o papel da imprensa. Tanto que, na tese que resultou em livro, você mobiliza um conjunto de jornais de grande circulação para pensar como esses discursos foram produzidos, como foram disseminados e utilizados por diferentes segmentos sociais. Ultimamente, você tem trabalhado com o Estado de São Paulo, como objeto e fonte de pesquisa. Como você entende essas questões ligadas à imprensa, um espaço de produção de narrativas que, em certos momentos, colabora de diversas maneiras para que os conflitos políticos se intensifiquem? Conflitos e disputas que, muitas vezes, contaram com o apoio explícito de grupos de direita...

Rodrigo Patto: O papel da imprensa, na política, no cenário político brasileiro, é tremendo. Ele é mais forte do que em outros países porque, no Brasil, as instituições políticas são frágeis, o parlamento é frágil, os partidos políticos são frágeis, a gente tem

uma História partidária muito instável, os golpes mudaram os sistemas políticos e, ao fim das ditaduras, foram criados partidos novos. Nós temos uma sociedade que não se apega muito a partidos, se a gente fizer uma comparação simples com os países vizinhos. Nesse cenário, os jornais se tornam mais influentes ainda; alguns deles funcionam como verdadeiros partidos, como uma agência que divulga ideias, que propõe e organiza o apoio a certas ações. Então, temos jornais, no Brasil, que são verdadeiros partidos políticos. Isso desde o começo do século XX, com jornais célebres, como *Correio da Manhã*, *O Jornal*, *Estado de São Paulo*, *O Globo*, *Folha de São Paulo*, entre outros. Os jornais, ao longo da nossa república, fizeram e desfizeram presidentes; por exemplo, a derrubada e o suicídio do Vargas em 1954, muito difícil de imaginar sem a ação da imprensa criando a sensação de crise insuportável. O mesmo em 1964 e, igualmente, agora com o tratamento da operação em relação à Lava-jato, que desmantelou o governo do Partido do Trabalhadores (PT). A imprensa colocou a Lava-jato em posição de entidade divina, que quer refundar o Brasil e tirar os pecados, abrindo caminho ao Bolsonaro. A imprensa ajudou a construir isso e, agora, alguns dos jornais estão desconfortáveis, porque Bolsonaro é muito autoritário e detesta a grande imprensa. Curioso que ele é muito mal-agraçado, porque sem a grande imprensa possivelmente ele não teria sido eleito. Mas, ele acha que deve tudo às redes sociais e busca enfraquecer a mídia tradicional, talvez para não ser tutelado e construir fonte de poder permanente.

Escritas do Tempo: Uma outra questão que eu queria que você comentasse um pouco, diz respeito às disputas pelo passado recente. São disputas que, provavelmente, não imaginávamos que fossem retomar com tanto fervor, com tanta intensidade, em torno dessas narrativas, por exemplo, sobre a ditadura militar. Como você vê no presente essas disputas sobre a ditadura?

Rodrigo Patto: São disputas muito intensas, exatamente devido à implicação política, devido aos grupos que demandam a ditadura, aos grupos que apoiaram a eleição de Jair Bolsonaro, mesmo sabendo que ele é um defensor da ditadura. Hoje, isso tem uma importância política muito forte e, no nosso caso, aplica-se muito bem aquela famosa fórmula de ‘passado que não passa’. Não passou mesmo. Para uma parte da direita, é muito importante convencer as pessoas de que a ditadura foi um momento positivo para o Brasil, e tentar convencê-las de que a ditadura não foi violenta, e até mesmo de que não foi uma ditadura. Estamos sob ameaça constante de intervenções de censura ao

nosso trabalho, pois esses grupos vão tentar impor a sua visão sobre a História. Então, isso é absolutamente atual, no que torna o conhecimento da História, hoje, muito envolvido com a disputa política. Usei uma metáfora em uma palestra, há pouco tempo, de que a História está no olho do furacão; nós estamos no meio da disputa política, o que é muito perigoso; mas, ao mesmo tempo, é muito interessante e politicamente muito relevante. Acho que nosso papel é mostrar para as pessoas, utilizando argumentos de base científica e racional e referenciados em evidências e fontes factuais, porque podemos afirmar que foi uma ditadura. Os defensores da tese de que não foi ditadura argumentam que havia eleições para parlamento e foi mantido o poder judiciário. Só que o que define uma ditadura não é o fato de ela manter o congresso aberto. O que define uma ditadura é que, quem controla o poder, não permite à oposição a chance de conquistar o poder também, de disputar o poder com quem controla o Estado. No caso do Brasil, essa ditadura foi flexível em comparação a outras ao deixar o congresso aberto, ao deixar a eleição dos parlamentares, só que a intenção da ditadura não era que a oposição tivesse chance de chegar ao poder; a intenção era acomodar um setor da oposição ao próprio aparato do Estado, mas não para ter chance de chegar ao poder, e sim, para legitimar o sistema, para ajudar a criar uma representação de que não é uma ditadura. Além disso, parte da estratégia ao acomodar uma parte da oposição era para não apoiar ações radicais, como a luta armada. A estratégia é convidar o setor da oposição para ser uma oposição legal, mas isso significava aceitar a ditadura sem questionamento grave. Quando alguns setores da oposição ameaçavam questionar as bases do sistema, a ditadura cassava deputados, prendia, fechava o congresso, instituía uma nova lei pra impedir que a oposição chegasse ao poder. Cerceou o debate na televisão, depois ela criou a figura do senador Biônico, que era para impedir que o MDB tivesse o controle do senado. Então, é uma ditadura com certa sutileza, uma ditadura complexa, sagaz; uma ditadura que quer criar mecanismos pra fingir que não é ditadura, mas ela é perfeitamente uma ditadura.

Escritas do Tempo: Ainda sobre essa questão, gostaria que você falasse um pouco sobre a “História se encontrar, no momento, no olho do furacão”, expressão que você usou na palestra. Ou seja, a História está dentro do epicentro das disputas, das disputas explicativas das experiências de um tempo, com o desafio de produzir outras narrativas que concorram pra ampliar a interpretação dos homens e mulheres nas suas experiências de tempo. Nesse sentido, eu queria que você falasse um pouco na perspectiva de pensar

esses desafios da História enquanto ciência que produz um conhecimento que pode interferir nas formas de interpretar e agir no tempo. Nessa perspectiva, refletir sobre nossa participação, enquanto pesquisadores, e sobre nossa responsabilidade nesse espaço que ocupamos. Ou seja, refletir no sentido de, também, pensar na História de modo que não produzamos um discurso que fique muito voltado apenas às nossas demandas estritamente acadêmicas, um pouco daquilo sobre o que falávamos ontem. Parece que, em certas dimensões, a História enquanto ciência tem ficado um pouco encastelada. Eu tenho usado essa metáfora em alguns espaços para pensar um pouco esses desafios: que nós somos cada vez mais desafiados a dialogar com outros espaços, a produzir narrativas que sejam acessíveis a quem não é pesquisador, que circule e dispute espaços nas novas mídias, por exemplo. Como é que você vê essa questão?

Rodrigo Patto: Acho importante sair do mundo acadêmico, sair do “castelo”, como você disse, e enfrentar o debate público mais amplo. Eu sempre falo um pouco disso, porque meus temas de pesquisa normalmente interessam à mídia. Quando eu fiz a dissertação de mestrado sobre o MDB, a imprensa mineira começou a me procurar para fazer entrevistas, para minha surpresa. Quando você trabalha com temas políticos, sua fala vai ser sempre política, não tem como não ser. Só que o quadro político atual é muito intenso, então a gente se envolve em discussões muito mais acaloradas. Eu acho que nós temos que nos empenhar mais, até porque as apostas são muito altas, os riscos hoje são muito altos porque, se os projetos de extrema direita se consolidam, a gente vai ter o cerceamento da pesquisa histórica. A posição política que eu defendo, como muitos outros colegas, não é a favor de um projeto de esquerda, é a favor de um projeto democrático pluralista, em que a sociedade, o Estado e as universidades estejam abertos ao debate público, ao confronto de ideias e que ninguém seja censurado por isso. Então, acho que é muito importante a nossa mobilização pra derrotar politicamente quem defende o contrário, quem defende uma visão única, que quer impor uma visão ideológica sobre a História. Muito engraçado que esses grupos de direita acusem doutrinação ideológica da esquerda, enquanto quem está fazendo doutrinação ideológica, na verdade, é a direita. Ela faz a defesa de uma certa visão da História e tenta convencer as pessoas de que essa é a única e verdadeira; uma visão da História despolitizada, que esconde conflitos e diferenças sociais. Inclusive, uma coisa tão grave na História brasileira — a questão da escravidão — o discurso de direita tenta minimizar e tenta apagar. Então, a gente tem que entrar nesse debate político em defesa

da democracia e em defesa, inclusive, da nossa profissão. Os colegas que são meio despolitizados têm que se dar conta de que seu exercício profissional está em risco e é preciso participar mais, entrar no debate público, em todas as mídias possíveis. Porque, se a gente não se mobilizar, vamos nos arrepender. O momento de tentar agir é agora, inclusive para mostrar a relevância da universidade para a sociedade e (no caso da História, especificamente) mostrar que a História importa, que vale a pena investir nessa forma de conhecimento, que precisa ser mantido no ensino escolar. Acho que uma das maneiras de convencer as pessoas da importância da História é mostrar o lugar dela no debate político. O ensino da História é muito importante para tornar as pessoas cidadãos políticos, plenos. Sem o conhecimento da História, sem uma construção do seu lugar na História, fica muito difícil imaginar um cidadão pleno. Como é que alguém pode ser cidadão, plenamente, sem ter uma boa visão do que foi a ditadura? Inclusive, para decidir com base em boas informações, se é a favor ou contra. Eu acho que, reiterando, nosso papel não é doutrinar ninguém, o nosso papel é ensinar a História, pesquisar a História, mostrar aos nossos estudantes e à nossa sociedade, a partir do conhecimento referenciado em fontes, referenciado em interpretação e em debate acadêmico, mostrar uma interpretação da História calcada em parâmetros científicos. O que garante a cientificidade do conhecimento é a pesquisa, é a referência em fontes documentais; mas, também é o debate intersubjetivo entre pesquisadores que conhecem o tema e os demais interessados. É isso que dá ao conhecimento da História mais confiabilidade; não é porque o professor fulano falou que passa a ser verdade. Diferente de um ideólogo de qualquer orientação política que diz: aconteceu assim e ponto, quem disser o contrário é esquerdista, é comunista, é fascista. É esse tipo de conhecimento que a gente deve questionar. E defender o conhecimento acadêmico que oferece mais confiabilidade, pois ele pode ser aperfeiçoado, porque é um conhecimento que aceita o debate, sabe das suas fragilidades, sabe dos seus limites, e oferece um debate, oferece um espaço com conflito de ideias para que se alcancem interpretações consistentes.

Escritas do Tempo: realmente, te ouvindo me vem à mente algumas reflexões que nós estamos enfrentando hoje: ter que justificar a importância da História, ter que justificar a importância de se ensinar História. Então, nós temos leis que, inclusive, já inviabilizaram o ensino de História no ensino médio. Proposta que o nosso parlamento votou e que a maioria aprovou. Trata-se de um projeto que enterra, literalmente, um conjunto de possibilidades de reflexão e debate para os jovens que estão em processo de

formação, sobretudo na educação básica. Estou colocando essa questão para ouvir como você pensa, sobretudo, nesses tempos, a importância do ensino de História, a importância da formação do professor de História, o que nos obriga a justificar o debate ao ponto de justificar a importância de se trabalhar o ensino de História na sala de aula. E também trazer isso à reflexão para pensar algumas práticas da nossa ciência e, especificamente, pensar como as nossas licenciaturas têm enfrentado, no Brasil, o debate sobre o ensino. Cito, por exemplo, a pesquisa que desenvolvo sobre as licenciaturas nas universidades federais do Brasil. A pesquisa está no início e tenho analisado, inicialmente, as licenciaturas das regiões Norte e Nordeste. Mas matrizes curriculares desses cursos, o debate sobre o ensino ainda é bastante tímido e as reflexões sobre o tema ficam praticamente reduzidas a um ou dois componentes curriculares. Como você vê essa questão? Porque, focar esforços na formação do professor – que vai estar em sala de aula na educação básica, podendo ampliar a reflexão sobre essas narrativas e sobre a importância da História ser ensinada de maneira crítica – parece-me que é uma necessidade urgente que precisamos enfrentar.

Rodrigo Patto: Isso é algo muito importante, muito estratégico; acho que cabe uma reflexão crítica por causa da formação dos historiadores no Brasil, porque muitos dos departamentos de História, dos mais prestigiados, sempre deram mais atenção à formação de pesquisadores do que de professores. Em muitos lugares, as disciplinas de formação de professores são oferecidas, exclusivamente, nas faculdades de educação, como se o tema não importasse aos cursos de História. Tradicionalmente, isso é assim e, na prática, significa desprestigiar a carreira docente no ensino básico. Então, temos que valorizar o ensino básico em todas as aulas, inclusive pela razão do impacto que isso tem no debate político atual, na formação de jovens e na valorização da História como disciplina escolar. Se algum dia a História não tiver mais lugar no ensino escolar, sua relevância vai se reduzir no mundo do conhecimento, no mundo da ciência e no espaço público. Eu acho que, independente disso, nós temos que valorizar mais a educação por seu impacto na formação da cidadania. Essa distorção, na verdade, não é só uma questão da História, não é só uma escolha da corporação historiadora. Isso vem do MEC do Estado. Nós temos um estado e uma sociedade que priorizou mais o ensino superior do que o ensino básico; aí vem de cima essa matriz, a premiação aos pesquisadores universitários, de vestígio social, status... isso tudo ajuda a entender porque a realidade é assim, a pouca valorização a quem se dedica ao ensino básico. Nesse ponto, um dos

grandes problemas do Brasil é salarial: o fato de o professor de ensino básico público receber salários muito baixos, inclusive no contexto da América Latina. Essa é uma situação grave, no Brasil, que se precisa tentar mudar. Cabe a nós dar o devido valor ao ensino básico, premiar os professores que se dedicam a isso, valorizar e trazer os departamentos de História para mais próximo do ensino de História, tentar se aproximar mais dos professores do ensino básico. Não é fácil fazer isso porque já temos uma enorme carga de trabalho. Mas, o tema tem importância estratégica e vale todos os esforços e sacrifícios.

Escritas do Tempo: Rodrigo, vamos fazer os encaminhamentos finais da nossa entrevista, já agradecendo mais uma vez por sua presença, aqui, na nossa Universidade, no nosso Programa de Pós-graduação que está nascendo, dando os primeiros passos, assim como a revista *Escritas do Tempo*. Como falávamos no começo, depois vamos lhe enviar o material — tanto escrito como em vídeo — e, após a sua análise, a gente decide se disponibiliza em vídeo para ver se circula para além de nossos “castelos”, usando a metáfora da qual tenho falado. E você, gostaria de pontuar mais alguma coisa?

Rodrigo Patto: Agradecer a iniciativa e parabenizar vocês aqui da Unifesspa pelo trabalho bem feito, pela criação do projeto do curso de História, muito honesto, com muita dedicação dos professores, um corpo docente jovem e muito dedicado, muito empenhado, e fazer votos que vocês tenham muito sucesso aqui, inclusive com o mestrado em História que está para começar. Boa sorte.

Escritas do Tempo: Muito obrigado!